

**Demonstrações Contábeis Regulatórias
Elaboradas de Acordo com o Manual de
Contabilidade do Setor Elétrico**

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

31 de dezembro de 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado do exercício	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Interligação Elétrica Aimorés S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Interligação Elétrica Aimorés S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Interligação Elétrica Aimorés S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Interligação Elétrica Aimorés S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Companhia preparou demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações contábeis societárias), sobre a qual emitimos relatório de auditoria independente datado de 23 de fevereiro de 2018.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

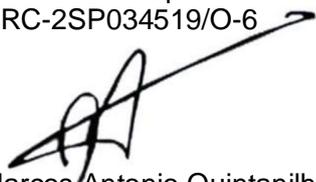
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Antonio Quintanilha
Contador CRC-1SP132776/O-3

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Balanco patrimonial

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2017	2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	1
Aplicações financeiras	6	3.332	-
Contas a receber de partes relacionadas	15	80	-
Tributos e contribuições a compensar		11	-
		3.426	1
Imobilizado	7	7.884	-
Intangível		5	-
Total do ativo não circulante		7.889	-
		11.315	1
Total do ativo		11.315	1

	Nota	2017	2016
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	8	4.169	-
Partes relacionadas	15	91	-
Imposto de renda e contribuição social corrente		7	-
Tributos e encargos sociais a recolher	9	48	-
Provisões	10	67	-
		4.382	-
Patrimônio líquido			
Capital social	11.a	7.600	1
Prejuízo acumulado	11.b	(667)	-
		6.933	1
Total do passivo e do patrimônio líquido		11.315	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Demonstração do resultado do exercício

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e período de 18 de novembro a 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	2017	2016
Custos e despesas			
Pessoal	12	(460)	-
Material	12	(6)	-
Serviços de terceiros	12	(243)	-
		(709)	-
Resultado da atividade		(709)	-
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	13	45	-
Despesas financeiras	13	(3)	-
		42	-
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(667)	-
Despesas com Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		-	-
Resultado líquido do exercício		(667)	-
Atribuível aos			
Acionistas controladores		(667)	-
Acionistas não controladores		-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e período de 18 de novembro a 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro (prejuízo) do exercício		(667)	-
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(667)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e período de 18 de novembro a 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Constituição da Companhia, conforme AGC de 18 de novembro de 2016	11.a	1	-	1
Aumento de capital, conforme AGE de 18 de outubro de 2017	11.a	7.599	-	7.599
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	(667)	(667)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		7.600	(667)	6.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e período de 18 de novembro a 31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(667)	-
	(667)	-
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 15)	(80)	-
Tributos e contribuições a compensar	(11)	-
	(91)	-
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores (Nota 8)	4.169	-
Contas a pagar de partes relacionadas (Nota 15)	91	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	-
Tributos e encargos sociais a recolher	48	-
Provisões	67	-
	4.382	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	3.624	-
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras (Nota 6)	(3.332)	-
Imobilizado (Nota 7)	(7.884)	-
Intangível	(5)	-
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimentos	(11.221)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Constituição da Companhia (Nota 11.a)	-	1
Aumento e integralização de capital (Nota 11.a)	7.599	-
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	7.599	1
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	2	1
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	1
Varição em caixa e equivalentes de caixa	2	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Interligação Elétrica Aimorés S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital privado, controlada em conjunto pela CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. e TAESA - Transmissão Aliança de Energia Elétrica S.A., constituída em 18 de novembro de 2016, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividade principal a transmissão de energia elétrica, que requer o planejamento, a implementação da infraestrutura e a operação e manutenção de sistemas subordinados a transmissão, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, a provisão de equipamentos e materiais de reserva, as programações, as medições e os demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos conforme Contratos de Concessão a seguir.

1.2. Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Operação comercial	Investimento R\$ mil	RAP ofertada
04/2017	30	10/02/2047	09/02/2022	341.118	71.425

Contrato nº 04/2017

Linha de transmissão Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6, em 500 kV, segundo circuito, com extensão aproximada de 208 km, com origem na Subestação Padre Paraíso 2 e término na Subestação Governador Valadares 6; entrada de linha, interligação de barramento, equipamentos de compensação e suas conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicações, administração e apoio. O empreendimento entrará em operação comercial no dia 9 de fevereiro de 2022.

O Contrato de Concessão prevê o direito de indenização no término de sua vigência.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605 em 11 de março de 2014.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Nota Explicativa nº 20 apresenta uma reconciliação entre as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as práticas contábeis regulatórias, para melhor entendimento do leitor.

3. Principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando: (i) existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita referente à transmissão de energia é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

3.2. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas aplicáveis 15% acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2017.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Impostos e taxas regulamentares sobre a receita

a) Impostos sobre serviços de transmissão

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços de transmissão, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

b) Taxas regulamentares

Os encargos setoriais, abaixo descritos, fazem parte das políticas de governo para o setor elétrico e são todos definidos em Lei. Seus valores são estabelecidos por Resoluções ou Despachos da ANEEL, para efeito de recolhimento pelas concessionárias dos montantes cobrados dos consumidores por meio das tarifas de fornecimento de energia elétrica e estão classificados sob a rubrica “Encargos regulatórios a recolher” no balanço patrimonial.

i) *Reserva Global de Reversão (RGR)*

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. Refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica, como também para financiar a expansão e melhoria desses serviços.

ii) *Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)*

As concessionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica, as permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar anualmente um percentual de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica (P&D), segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Impostos e taxas regulamentares sobre a receita--Continuação

b) Taxas regulamentares--Continuação

iii) *Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)*

Criada pela Lei nº 9.427/1996 incide sobre a produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. Equivalente a 0,5% da receita operacional bruta, proveniente da Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão - DIT. Conforme artigo 29 da Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a TFSEE passou a ser equivalente a 0,4% do valor do benefício econômico anual.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment*.

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração*--Continuação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

· Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica “Outros ganhos e perdas”, na demonstração do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “*hedge*” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo financeiro da Companhia classificado nesta categoria está relacionado aos equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração*--Continuação

· Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam, principalmente, o contas a receber (ativo da concessão).

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão.

Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.6. Imobilizado em serviço e em curso

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Imobilizado em serviço e em curso--Continuação

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.7. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.9. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.10. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Provisões--Continuação

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

3.11. Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.12. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Não há potenciais ações ordinárias diluidoras tampouco lucro por ação diluído.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017.

a) Pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Pronunciamentos que passarão a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2018:

CPC nº 47 - Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes)

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47, a receita reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente, e entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

Este novo pronunciamento substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente o CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas atualmente em vigor.

A Outorgada aguarda manifestação da ANEEL quanto à adoção na íntegra deste novo CPC e eventual alteração das políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia está estudando a aplicação do CPC 47 e não prevê impactos significativos para fins das demonstrações contábeis regulatórias.

CPC nº 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9 - Instrumentos financeiros)

O CPC 48 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. O CPC 48 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Outorgada aguarda manifestação da ANEEL quanto à adoção na íntegra deste novo CPC e eventual alteração das políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia está estudando a aplicação do CPC 48 e de forma preliminar não prevê impactos significativos para fins das demonstrações contábeis regulatórias.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa e bancos	3	1
	<u>3</u>	<u>1</u>

6. Aplicações financeiras

	<u>% do CDI</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fundos de investimento	100%	3.332	-
		<u>3.332</u>	<u>-</u>

A Companhia possui aplicações financeiras em fundos de investimentos, que referem-se a quotas de fundo de investimento, com as seguintes características:

- Fundo de Investimento Xavantes Referenciado DI: fundo constituído para investimento exclusivamente pela controladora CTEEP e suas controladas e controladas em conjunto, administrado pelo Banco Itaú-Unibanco e com a carteira composta por quotas do Fundo de Investimento Special DI (Corp Referenciado DI incorporado pelo Special DI).

O Fundo de Investimento Special DI possui liquidez diária, independentemente dos ativos, conforme estipulado no regulamento do Fundo Xavantes. A composição da carteira em 31 de dezembro de 2017 reflete principalmente aplicações em operações compromissadas em títulos públicos federais, letra financeira, debêntures, CDB pós-fixado e depósitos à vista, conforme demonstrado abaixo.

	<u>Special DI</u>
Títulos públicos	39,1%
Letra Financeira (bancos)	25,1%
Letra Financeira do Tesouro (Tesouro Selic)	27,2%
Letra do Tesouro Nacional (Tesouro prefixado)	0,2%
Debêntures	4,9%
CDB	0,9%
Outros	2,6%

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Imobilizado

Refere-se, substancialmente, a bens móveis que serão utilizados pela Companhia e não estão vinculados ao contrato de concessão.

a) Ativo imobilizado em curso

	Custo em 2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Custo em 2017	Adições líquidas= (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Saldo em 2017	Saldo em 2016
Transmissão									
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	7.846	-	-	7.846	7.846	-	7.846	-
Administração									
Máquinas e equipamentos	-	38	-	-	38	38	-	38	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo imobilizado	-	7.884	-	-	7.884	7.884	-	7.884	-

b) Taxas anuais de depreciação

	2017			2016	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Saldo	Saldo
Em curso					
Transmissão		7.846	-	7.846	-
Administração		38	-	38	-
		7.884	-	7.884	-

c) Composição das adições do imobilizado em curso

	Material/ equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
Máquinas e equipamentos	38	-	-	-	38
A ratear	-	811	-	-	811
Desenvolvimento de projetos	-	1.917	-	-	1.917
Adiantamento a fornecedores	-	5.118	-	-	5.118
Total das adições	38	7.846	-	-	7.884

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

8. Fornecedores

O saldo de fornecedores está composto basicamente de contas a pagar às empresas responsáveis pela obra de construção das Linhas de Transmissão e Subestações.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores	<u>4.169</u>	-
	<u>4.169</u>	-

9. Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Imposto de renda	29	-
Contribuição social	19	-
	<u>48</u>	-

10. Provisões

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Encargos sociais	67	-
	<u>67</u>	-

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 2017 é composto por 7.600.000 de ações ordinárias, todas nominativas e com valor nominal de R\$1,00.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

A composição do capital social subscrito e integralizado em 2017 totaliza R\$7.600 e possui a seguinte composição acionária:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	%	Total	%
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A.	3.800	50	3.800	50
TAESA - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	3.800	50	3.800	50
	7.600	100	7.600	100

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Em Assembleia Geral de Constituição realizada em 18 de novembro de 2016, os acionistas aprovaram por unanimidade constituir a Companhia. Em seguida, os acionistas constituíram o capital social da Companhia, no valor de R\$1, representado por 1.000 (um mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2017, os acionistas aprovaram por unanimidade o aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$7.599, mediante a emissão de 7.599 em ações ordinárias nominativas, de classe única, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00.

b) Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias no respectivo período. O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. Patrimônio líquido--Continuação

b) Resultado por ação--Continuação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo básico e diluído por ação		
Prejuízo líquido - R\$ mil	<u>(667)</u>	-
 Média ponderada de ações		
Ordinárias	<u>3.910.951</u>	-
 Prejuízo por ação básico e diluído (por lote de mil ações)	<u>(0,17055)</u>	-

12. Custos dos serviços de construção e despesas gerais e administrativas

	<u>2017</u>		<u>2016</u>
	<u>Despesas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Pessoal	(460)	(460)	-
Serviços	(243)	(243)	-
Material	(6)	(6)	-
	<u>(709)</u>	<u>(709)</u>	-

13. Resultado financeiro

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	<u>45</u>	-
	<u>45</u>	-
 Receitas		
IOF	(2)	
Multas	(1)	-
	<u>(3)</u>	-
	<u>42</u>	-

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e apurados, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.

A Companhia adota o regime de lucro presumido trimestral.

15. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no período são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	2017		2016	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Compartilhamento recursos humanos	Elétricas Reunidas do Brasil S.A.	80	-	-	-
	CTEEP - Companhia de Transmissão de				
Prestação de serviços	Energia Elétrica Paulista S.A.	-	(91)	-	-
		80	(91)	-	-

Os saldos a pagar para partes relacionadas estão registrados na linha de fornecedores, no passivo circulante.

A CTEEP presta serviços de informática, manutenção e melhorias do sistema ERP SAP utilizado pela Companhia.

Essas operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes.

16. Instrumentos financeiros

a) Identificação dos principais instrumentos financeiros

	2017	2016
Ativos financeiros		
Valor justo através do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	3	1
Aplicações financeiras	3.332	-
Empréstimos e recebíveis		
Circulante	-	-
Não circulante	-	-
Passivos financeiros		
Fornecedores	4.169	-

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Identificação dos principais instrumentos financeiros--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como Nível 1 e Nível 2, como requerido pelo CPC vigente:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (i) *Risco de captação* - A Companhia poderá no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.

17. Seguros

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância segurada - R\$ mil	Prêmio - R\$ mil
Patrimonial (a)	07/02/2017 a 06/11/2022	34.112	333

- (a) Patrimonial - Cobertura de pagamento de multas e indenizações devidas à Administração Pública e indenização pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo fornecedor responsável em executar a construção, fornecimento ou prestação de serviços dos itens descritos na Nota 1.2.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

18. Compromissos

Em 25 de outubro de 2017, a Companhia assinou um contrato no valor de R\$231.913 referente a fornecimento de todos os bens, equipamentos e materiais e a execução das obras na modalidade EPC Chave na Mão por Preço Fixo Global (*Lump Sum Turnkey*) com a Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda.

Em 8 de dezembro de 2017, a Companhia assinou um contrato no valor de R\$23.000, referente a fornecimento de todos os bens, equipamentos e materiais e a execução das obras da subestação Padre Paraíso 2 com a Engetécnica Construções Cíveis e Comércio Ltda.

Para os contratos assinados com a Sae Towers Brasil Torres de Transmissão Ltda. e a Engetécnica Construções Cíveis e Comércio Ltda., a Companhia vinculou uma *escrow account* como forma de assegurar a entrega dentro do prazo do compromisso assumido com o órgão regulador evitando transtornos e penalidades. Entretanto, em caso de antecipação frente ao prazo negociado, há a possibilidade de uma remuneração adicional ao contrato junto a contratada.

19. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento do capital social em R\$5.800, passando dos atuais R\$7.600 para R\$13.400, mediante a emissão nominal, a serem subscritas em igual proporção pelos acionistas CTEEP e TAESA, e integralizadas, em espécie, em 31 de janeiro de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social em R\$2.500, passando dos atuais R\$13.400 para R\$15.900, mediante a emissão nominal, a serem subscritas em igual proporção pelos acionistas CTEEP e TAESA, e integralizadas, em espécie, em 12 de março de 2018.

20. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

	2017			2016		
	Regulatório	Reclassificação/ ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação/ ajustes	Societário
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	3	1	-	1
Aplicações financeiras	3.332	-	3.332	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	80	-	80	-	-	-
Tributos e contribuições a compensar	11	-	11	-	-	-
	3.426	-	3.426	1	-	1
Não circulante						
Realizável a longo prazo	-	8.827	8.827	-	-	-
Contas a receber (ativo da concessão)	-	8.827	8.827	-	-	-
	7.884	(7.846)	38	-	-	-
Imobilizado	5	-	5	-	-	-
Intangível	7.889	(7.846)	43	-	-	-
Total do ativo	11.315	981	12.296	1	-	1
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	4.169	-	4.169	-	-	-
Contas a pagar de partes relacionadas	91	-	91	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	-	7	-	-	-
Tributos e encargos sociais a recolher	48	-	48	-	-	-
Provisões	67	-	67	-	-	-
	4.382	-	4.382	-	-	-
Não circulante						
Exigível a longo prazo	-	322	322	-	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	272	272	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	594	594	-	-	-
	7.600	-	7.600	1	-	1
Capital social	(667)	387	(280)	-	-	-
Lucro/(prejuízo) acumulado	6.933	387	7.320	1	-	1
Total do passivo e do patrimônio líquido	11.315	981	12.296	1	-	1

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

	2017			2016		
	Regulatório	Reclassificação/ ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação/ ajustes	Societário
Operação em continuidade						
Disponibilidade do sistema de transmissão	-	8.828	8.828	-	-	-
Custos dos serviços de construção	-	(7.846)	(7.846)	-	-	-
	-	982	982	-	-	-
Tributos						
PIS	-	(57)	(57)	-	-	-
COFINS	-	(266)	(266)	-	-	-
	-	(323)	(323)	-	-	-
Receita líquida	-	659	659	-	-	-
Custos e despesas						
Pessoal	(460)	-	(460)	-	-	-
Material	(6)	-	(6)	-	-	-
Serviços de terceiros	(243)	-	(243)	-	-	-
	(709)	-	(709)	-	-	-
Resultado da atividade	(709)	659	(50)	-	-	-
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	45	-	45	-	-	-
Despesas financeiras	(3)	-	(3)	-	-	-
	42	-	42	-	-	-
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	(667)	659	(8)	-	-	-
Despesas com Imposto de renda e contribuição social						
Diferido	-	(272)	(272)	-	-	-
Resultado líquido do exercício	(667)	387	(280)	-	-	-
Atribuível aos						
Acionistas controladores	(667)	387	(280)	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória:

20.1. Contratos de concessão (ICPC 01 (R1) e OCPC 05)

A Companhia adota para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 (R1) emitida pelo CPC. Esta interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

20.1. Contratos de concessão (ICPC 01 (R1) e OCPC 05)--Continuação

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01 (R1), a infraestrutura implementada, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle sobre a infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo estes revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e CPC 30 (R1) - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (por exemplo, serviços de implementação da infraestrutura ou serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de implementação da infraestrutura; o Poder Concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o Poder Concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia estão descritos na Nota Explicativa nº 3.16 das Demonstrações Contábeis Societárias do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Interligação Elétrica Aimorés S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

20. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

20.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1).

20.3. PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei nº 12.973/14.